

Novo ministro da Justiça Ã© contra espetacularizaÃ§Ã£o do Direito Penal

Anunciado nesta segunda-feira (29/2) como novo ministro da JustiÃ§a, o procurador de JustiÃ§a Wellington CÃ©sar Lima e Silva tem 50 anos de idade, 25 de carreira e considera que crimes “necessitam e reclamam firme combate, mas tal enfrentamento deve observar rigoroso respeito Ãs regras do jogo”.

“A espetacularizaÃ§Ã£o do Direito Penal prejudica a todos. NÃ£o hÃ¡ cidadania plena e desembaraÃ§ada em um contexto de flagrantes e diuturnas violaÃ§Ãµes Ãs garantias individuais, a sensaÃ§Ã£o de inseguranÃ§a que a todos toca nÃ£o pode ser pretexto para concessÃµes desta natureza”, escreveu em 2009 para boletim do IBCCrim (Instituto Brasileiro de CiÃªncias Criminais).

DivulgaÃ§Ã£o



Lima e Silva Ã© apontado por colegas do MP como dinÃ¢mico e notívago.
DivulgaÃ§Ã£o

A declaraÃ§Ã£o combina com o perfil garantista apontado por colegas de trabalho. Em 2011, durante seminÃ¡rio organizado pelo MinistÃ©rio PÃºblico, Lima e Silva afirmou ser contra a reduÃ§Ã£o da maioria penal, por considerar a proposta “uma soluÃ§Ã£o simplista e grosseira, que nÃ£o pode trazer Ã sociedade qualquer tipo de avanÃ§o”. Procuradores ouvidos pela revista eletrÃ´nica **Consultor JurÃ©dico** tambÃ©m o definem como dinÃ¢mico e notívago — quando era procurador-geral de JustiÃ§a da Bahia, fazia reuniÃµes de madrugada.

Nascido em Salvador e membro do MinistÃ©rio PÃºblico baiano desde 1991, ele assumiu a chefia da instituiÃ§Ã£o por quatro anos. Em 2010, seu nome foi o terceiro mais votado para o cargo em consulta aos colegas, 147 votos atrÃ¡s da primeira colocada. Mesmo assim, foi escolhido pelo entÃ£o governador Jaques Wagner, hoje chefe da Casa Civil do governo Dilma Rousseff (PT) e apontado como responsÃ¡vel pela indicaÃ§Ã£o de Lima e Silva ao ministÃ©rio.

Dois anos depois, foi reconduzido ao cargo, dessa vez sendo o mais votado. Em 2014, conseguiu ainda fazer o sucessor, Márcio José Cordeiro Fahel, e manteve posição na cúpula do MP-BA, como procurador-geral de Justiça adjunto para assuntos jurídicos.

Wellington César teve sua carreira focada na área criminal. Graduou-se pela Universidade Federal da Bahia em 1988, é mestre em Ciências Penais e Criminologia (Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro) e iniciou seu doutorado em Direito Penal na Universidad Pablo de Olavide, em Sevilla, na Espanha. Foi professor de Direito Penal na Universidade Salvador (Unifacs), instituição privada, e coordenador regional do IBCCrim na Bahia.

Quando ainda se discutia a PEC 37, proposta de emenda constitucional que limitaria os poderes de investigação do Ministério Público, declarou que faz sentido dar ao MP e a outras instituições o poder de apurar casos por conta própria.

DivulgaÃ§Ã£o



Prefeito de Salvador ACM Neto cumprimenta Wellington Lima e Silva.
Divulgação

“Existem situações específicas em que o descortinamento de uma investigação ficaria comprometida se estivesse apenas na mão da polícia. De modo que há um sentimento predominante de que não apenas a polícia, mas também o MP, autoridades da saúde e fazendárias, entre outras, podem colaborar no sentido de que a resultante do esforço persecutório no estado republicano brasileiro fique mais complexo, mais aperfeiçoado e que não haja uma plena hegemonia que eventualmente conspire contra o interesse coletivo de ver as infrações convenientemente apuradas”, declarou.

Em 2013, foi um dos 45 candidatos à vaga aberta no Superior Tribunal de Justiça com a aposentadoria do ministro Asfor Rocha. No entanto, ficou fora da lista tríplice. Naquela oportunidade, o procurador Rogério Schietti Cruz, do Ministério Público do Distrito Federal, foi escolhido para o cargo de ministro.

Trocas de comando

Lima e Silva ocupará o lugar de José Eduardo Cardozo, que comandava o ministério desde dezembro de 2010 e [assumirá a Advocacia-Geral da União](#). O atual responsável pela AGU, Luís Inácio Adams, sairá do governo federal por motivos pessoais, segundo nota divulgada pela Presidência da República. Dilma



também anunciou Luiz Navarro como novo ministro-chefe da Controladoria-Geral da União.

** Texto atualizado às 19h29 do dia 29/2/2016 para acréscimo de informações.*